

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL DE IDOSOS

Autor: Iago Rodrigues de Souza

Orientador: Prof. Carlos Henrique dos Santos Nunes

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Formulação de Políticas Públicas para a Inclusão Digital de Idosos*, foi desenvolvido no âmbito do Curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Ribeirão das Neves. O estudo tem como objetivo analisar como o avanço das tecnologias digitais impacta a população idosa, considerando a rápida evolução de dispositivos, sistemas e formas de interação digital, e investigar de que maneira esses avanços podem ocorrer sem promover a exclusão desse público nas atividades cotidianas. A pesquisa busca responder como a inclusão digital pode ser ampliada entre idosos, propondo alternativas que favoreçam seu acesso e uso das tecnologias. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa, com aplicação de questionário estruturado a participantes com idade igual ou superior a 50 anos, visando identificar o nível de acesso, uso e dificuldades relacionadas às tecnologias digitais, especialmente em serviços bancários e plataformas governamentais. Os resultados indicam que, embora a maioria dos participantes possua acesso à internet, principalmente por meio de dispositivos móveis, ainda existem dificuldades significativas no uso dessas ferramentas, destacando-se a dependência de terceiros, o medo de fraudes e a falta de conhecimento. Conclui-se que a inclusão digital da população idosa ainda enfrenta desafios relevantes, especialmente aqueles relacionados ao etarismo, à insegurança digital e à ausência de políticas públicas permanentes, sendo necessária a ampliação de ações educativas e o desenvolvimento de tecnologias mais acessíveis. Como limitações do estudo, destacam-se o número reduzido de participantes e a utilização de questionário como único instrumento de coleta de dados. Recomenda-se a implementação de políticas públicas voltadas à capacitação digital de idosos, bem como a realização de pesquisas futuras com maior abrangência e aprofundamento metodológico.

Palavras-chave: Terceira Idade. Políticas Públicas. Inclusão Digital do Idoso. Tecnologias da Informação e Comunicação.

ABSTRACT

This Final Course Project, entitled "Formulation of Public Policies for the Digital Inclusion of the Elderly," was developed within the scope of the Specialization Course in Public Management and Regional Development at the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG), Ribeirão das Neves Campus. The study aims to analyze how the advancement of digital technologies impacts the elderly population, considering the rapid evolution of devices, systems, and forms of digital interaction, and to investigate how these advancements can occur without promoting the exclusion of this population from daily activities. The research answers the question of how digital inclusion can be expanded among the elderly, proposing alternatives that favor their access to and use of technologies. As a methodology, a survey was conducted using a structured questionnaire administered to participants aged 50 or older, identifying the level of access, use, and difficulties related to digital technologies, especially in banking services and government platforms. The results indicate that, although most participants have internet access, mainly through mobile devices, significant difficulties in using these tools still exist, highlighting dependence on third parties, fear of fraud, and lack of knowledge. It is concluded that the digital inclusion of the elderly population still faces significant challenges, especially those related to ageism, digital insecurity, and the absence of permanent public policies. Therefore, it is necessary to expand educational initiatives and develop more accessible technologies. Limitations of the study include the small number of participants and the use of a questionnaire as the sole data collection instrument. The implementation of public policies aimed at the digital empowerment of the elderly is recommended, as well as future research with greater scope and methodological depth.

Keywords: Elderly. Public Policies. Digital Inclusion of the Elderly. Information and Communication Technologies.

1 INTRODUÇÃO

A atual revolução digital trouxe diversas mudanças na vida das pessoas, desde tarefas simples, de rotina, sendo automatizadas, como também tarefas mais complexas, como investimentos e transferências bancárias, que migraram quase que por completo para a modalidade digital. Esta rápida evolução traz diversos benefícios e comodidades a toda a população em escala mundial, em contrapartida o rápido avanço tecnológico proporciona como um dos efeitos colaterais a exclusão social dos idosos, reafirmando muitas vezes a dificuldade desta parcela da população em acompanhar todas as novidades e inovações tecnológicas. Até mesmo procedimentos simples, como pedir uma entrega em aplicações, ou mesmo acessar serviços públicos, realizar operações bancárias ou agendar consultas, tornaram-se quase que indispensáveis à utilização de um aplicativo para cadastro e acúmulo de pontos. Em praticamente todos os segmentos, a migração para o modelo digital já é uma realidade, e a população da terceira idade enfrenta o desafio de conseguir acompanhar toda essa evolução, sendo que seu contato com a tecnologia é mínimo ou quase nulo em alguns casos. Esta problemática gera um novo tipo de exclusão social. Ao promover a inclusão digital dos idosos, não apenas é possível garantir sua participação ativa na sociedade digital, mas também ampliando-se suas oportunidades de aprendizado, comunicação, saúde e interação social, contribuindo, assim, para uma sociedade mais inclusiva e equitativa. A formulação de políticas públicas para a inclusão digital da população idosa é fundamental para minimizar a exclusão social. Medidas como investimentos em infraestrutura, capacitação profissional, tecnologias adaptativas e incentivos governamentais contribuem para ampliar a autonomia, a participação social e a qualidade de vida dos idosos.

Hoje, já existem programas nacionais e estaduais de inclusão digital para idosos, que enfrentam dificuldades em acompanhar as constantes mudanças tecnológicas e os avanços que ocorrem de forma contínua, a expansão do trabalho remoto, do comércio eletrônico, dos serviços financeiros digitais e da prestação de serviços públicos em ambiente virtual, todos os avanços constantes que continuam a acontecer diariamente e sem limites. O grande desafio das políticas públicas é acompanhar esta velocidade da evolução tecnológica, se equiparar a

esta velocidade de evolução na adaptação de seus programas para pessoas da terceira idade. Dados recentes indicam a redução da população jovem no Brasil e no mundo, um reflexo imediato do envelhecimento da população mundial, onde cada vez mais se tem menos filhos, em poucas décadas haverá uma população idosa muito maior que a população jovem, como ocorre em países europeus, reforçando ainda mais a necessidade destes programas. **Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela população idosa na utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs), e como as políticas públicas podem contribuir para reduzir essas dificuldades?**

2 OBJETIVOS

O trabalho busca apresentar como a rápida evolução tecnológica está causando a exclusão digital da população idosa, onde este rápido avanço associado ao despreparo da sociedade e do poder público estão gerando grande aumento no analfabetismo digital da população idosa e como isso ocasiona diversos problemas de inclusão deste grupo na sociedade moderna, aumentando a exclusão deste grupo, onde a curva de aprendizado é diferente do público-alvo destas tecnologias. Buscando identificar os principais pontos desta problemática pública, analisar os fatores que contribuem para esta exclusão, verificar e avaliar o nível de acesso e utilização desta população as tecnologias, e propor diretrizes para políticas públicas que promovam a inclusão digital da população idosa.

A pesquisa também apresenta o constante crescimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em campos de atividades rotineiras, como locomoção, compras, serviços públicos, e transações bancárias, os avanços ocorrem de forma irrefreável e expansível aumentando ainda mais o problema, ademais atualmente observa-se o reconhecimento até mesmo pelo poder legislativo que estabelece o acesso à internet como essencial ao exercício da cidadania juntamente a transporte, educação, energia elétrica, dentre outros, porém esses avanços reconhecidos como benéficos para a sociedade apenas aumenta a problemática social da exclusão daqueles que não nasceram na era da internet, onde há maior dificuldade adaptativa, reforçando uma problemática social crescente.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TICs)

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TICs) transformaram a forma como a sociedade se comunica, acessa informações e utiliza serviços públicos e privados. Atualmente, atividades como operações bancárias, agendamentos de consultas, compras, educação, trabalho e acesso a serviços governamentais dependem, em grande parte, da utilização de recursos digitais. Nesse contexto, o acesso às TICs passou a representar um elemento essencial para o exercício da cidadania e para a participação plena na sociedade contemporânea. Entretanto, a rápida evolução tecnológica também ampliou as desigualdades entre os diferentes grupos sociais, especialmente entre a população idosa, que frequentemente encontra dificuldades para acompanhar as constantes mudanças tecnológicas. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam não apenas o acesso aos recursos tecnológicos, mas também condições para sua utilização de forma segura, autônoma e eficiente.

3.2 Inclusão e Letramento Digital dos Idosos

A inclusão digital vai além da disponibilidade de equipamentos e acesso à internet, envolvendo também o desenvolvimento de competências necessárias para utilizar as tecnologias de forma crítica, segura e autônoma. Nesse sentido, o letramento digital representa um conjunto de habilidades indispensáveis para que os indivíduos possam compreender, interpretar e utilizar adequadamente as ferramentas digitais em suas atividades cotidianas.

O artigo científico *Reflexões sobre a adaptação tecnológica para intervenções online com idosos* (2022), publicado na Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, destaca que um dos principais obstáculos enfrentados pela população idosa está relacionado à ausência de tecnologias adaptadas às suas necessidades. Os autores apontam que interfaces pouco intuitivas, excesso de termos técnicos e estrangeirismos, atualizações frequentes dos sistemas e a falta de materiais educativos acessíveis dificultam significativamente o processo de aprendizagem e utilização das tecnologias digitais por esse público. Dessa forma, promover o letramento digital dos idosos significa proporcionar condições para que esse grupo desenvolva

autonomia, fortaleça sua participação social e tenha acesso igualitário às oportunidades oferecidas pela sociedade digital.

3.3 Dificuldades Enfrentadas pela População Idosa na Utilização das TICs

Embora a utilização da internet pela população idosa tenha aumentado nos últimos anos, esse grupo ainda enfrenta diversas barreiras para a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação. Entre as principais dificuldades encontram-se limitações relacionadas à escolaridade, à condição econômica, às alterações cognitivas e motoras decorrentes do envelhecimento, além da falta de familiaridade com dispositivos e aplicações digitais. Essas dificuldades são agravadas pela ausência de interfaces acessíveis, pela constante atualização das plataformas digitais e pela escassez de programas de capacitação voltados especificamente para esse público, cabe também destacar que de acordo com o Senado Federal (2024) o aumento acelerado da população idosa impõe novos desafios ao poder público, como consequência, cada vez mais muitos idosos deixam de utilizar serviços digitais essenciais ou tornam-se mais vulneráveis à desinformação, fraudes eletrônicas e golpes virtuais.

3.4 Exclusão Digital da População Idosa

A exclusão digital representa uma das principais formas de desigualdade social na sociedade contemporânea. À medida que serviços públicos e privados migram para plataformas digitais, a dificuldade de acesso e utilização das tecnologias pode comprometer o exercício de direitos fundamentais e reduzir a participação social da população idosa. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), demonstram que, embora o acesso à internet tenha aumentado significativamente no Brasil, ainda persistem diferenças relacionadas à idade, escolaridade, renda e capacidade de utilização das tecnologias, evidenciando que a inclusão digital vai além da simples disponibilidade de conexão.

3.5 Acesso, Utilização das Tecnologias Digitais e Necessidade de Capacitação

Compreender o nível de acesso da população idosa aos dispositivos digitais, bem como a frequência e a finalidade de sua utilização, constitui um aspecto fundamental para identificar as necessidades desse público. Além da disponibilidade de equipamentos e conexão com a internet, é necessário avaliar a capacidade dos idosos em utilizar aplicativos bancários, serviços públicos digitais, ferramentas de comunicação e demais recursos tecnológicos presentes no cotidiano.

Nesse contexto, a capacitação em tecnologias digitais assume papel estratégico, permitindo que os idosos desenvolvam habilidades para utilizar esses recursos com autonomia e segurança. Programas de educação digital adaptados às características dessa população favorecem o aprendizado, reduzem a insegurança no uso das tecnologias e ampliam sua participação na vida social, econômica e cidadã.

3.6 Políticas Públicas para a Inclusão Digital da População Idosa

Considerando os desafios relacionados ao envelhecimento da população e à crescente digitalização dos serviços, torna-se indispensável a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão digital da pessoa idosa. Essas políticas devem contemplar investimentos em infraestrutura tecnológica, desenvolvimento de tecnologias acessíveis, capacitação de profissionais e oferta de programas permanentes de educação digital.

Além disso, é fundamental incentivar parcerias entre governo, instituições de ensino, universidades e organizações da sociedade civil para ampliar as oportunidades de aprendizagem e fortalecer o letramento digital da população idosa. A implementação dessas ações contribui para reduzir a exclusão digital, promover maior autonomia, ampliar o acesso aos serviços públicos e fortalecer a participação dos idosos na sociedade contemporânea.

O avanço da transformação digital exige que o Estado desenvolva políticas públicas capazes de garantir o acesso equitativo às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade, como a população idosa. Essas políticas devem assegurar não apenas o acesso aos recursos tecnológicos, mas também condições para que esse público possa utilizá-los de forma autônoma, segura e efetiva. A formulação de políticas públicas voltadas à inclusão digital da população idosa busca reduzir desigualdades e promover autonomia, participação social e cidadania. Carvalho (2021) argumenta que a exclusão digital amplia outras formas de exclusão social, o que torna necessária a atuação do Estado na democratização do acesso às tecnologias. Nessa mesma perspectiva, Conforme Azevedo (2025, p. 121-122) destaca que o etarismo se manifesta por meio da exclusão social e da desvalorização das pessoas em razão da idade. Os autores também afirmam que a inclusão digital exige programas de capacitação contínua e suporte técnico especializado, indo além da simples oferta de equipamentos e acesso à internet.

Dessa forma, observa-se que políticas públicas eficazes devem contemplar ações integradas de acesso, capacitação e acompanhamento contínuo, promovendo o letramento digital, reduzindo a exclusão social e ampliando a participação da população idosa na sociedade digital.

De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte (2026), o Programa de Inclusão Digital, coordenado pela Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel), busca ampliar o acesso às tecnologias digitais por meio de três pilares: conectividade, acesso a equipamentos e capacitação. Essas ações visam promover a inclusão digital e reduzir as desigualdades de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Conforme o Ministério das Comunicações (BRASIL, s.d.), o programa Computadores para Inclusão promove o acesso à tecnologia por meio da recuperação de equipamentos, no ano de 2024 conseguiram efetuar a doação de 1028 máquinas novas para o estado de Minas Gerais, as entregas foram feitas em 100 pontos de inclusão digital, a maioria localizada em escolas que buscam a inclusão digital de jovens e adultos, o programa tem grande destaque por reaproveitar para educação computadores que possivelmente iriam para descarte.

Minas Gerais (2021) busca por meio da assembleia legislativa a aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/2021 que institui a campanha permanente de inclusão digital para a terceira idade, organizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), que além de capacitação e oficinas, o projeto busca conscientizar sobre o atual cenário do estado em que a população idosa vem aumentando cada vez mais e sua exclusão da era digital prejudica a sociedade que já tem a tecnologia em sua rotina diária. Dessa forma as pessoas da terceira idade estão buscando se habituar mais às novas tecnologias, tanto no uso das redes sociais quanto em conhecimentos básicos de informática. O projeto se encontra na assembleia para ordem do dia em Plenário, apenas aguardando a votação para ir para a redação final.

Destaca-se também a atuação do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus Arcos, que atualmente tem o curso de extensão “Tecnologias aplicadas à Terceira Idade” com foco no uso seguro de Smartphones voltado exclusivamente para pessoas com 60 anos ou mais. O campus ocupa duas cadeiras no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa da cidade de Arcos, o diretor-geral do IFMG Arcos prof. Niltom Vieira, é o presidente do Conselho, e o vice-presidente é o coordenador de Desenvolvimento Institucional do campus, prof. Márcio Rezende. Com carga horária de 32 horas e previsão de 16 encontros presenciais, o curso acontecerá às terças-feiras, das 16 às 18h, nas dependências do campus. Para esta edição, foram ofertadas 30 vagas gratuitas que tiveram as inscrições em agosto/2025. A oferta de cursos voltados à inclusão digital da terceira idade tem sido ampliada por instituições públicas (IFMG, 2025).

3.7 Projetos de Lei Relevantes para o Tratamento de Idosos no Brasil

No contexto das políticas públicas voltadas à população idosa, observa-se que as iniciativas governamentais não se restringem à criação de programas e benefícios sociais, mas também buscam promover mudanças na forma como o envelhecimento é percebido pela sociedade, um exemplo é o Projeto de Lei nº 10.282/2018, em tramitação no Senado Federal, que propõe a substituição do símbolo tradicional utilizado para identificar espaços preferenciais destinados às pessoas idosas, como vagas de estacionamento e assentos em transportes públicos.

A proposta fundamenta-se na necessidade de atualizar a representação da pessoa idosa, uma vez que o símbolo atualmente utilizado retrata um indivíduo curvado e apoiado em uma bengala, imagem frequentemente associada à fragilidade e à incapacidade. Segundo a Rede Geronto (2025) com esta substituição, o projeto apresenta uma figura mais ereta, acompanhada da identificação "60+", buscando representar um envelhecimento mais ativo, autônomo e compatível com os avanços na qualidade de vida e na expectativa de vida da população. Outra iniciativa legislativa relacionada ao tema é o Projeto de Lei nº 5.383/2019, que propõe a alteração da idade considerada para caracterização da pessoa idosa, elevando-a de 60 para 65 anos, a justificativa apresentada pelo autor baseia-se nas mudanças demográficas e nas melhores condições de saúde da população brasileira, argumentando que grande parte das pessoas com 60 anos permanece em plena atividade profissional, intelectual e social.

Além dessas propostas, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de importantes instrumentos destinados à proteção e à promoção dos direitos da pessoa idosa, entre eles destacam-se a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), a Lei nº 10.048/2000, que assegura atendimento prioritário, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), regulamentado pelo Decreto nº 6.214/2007, e a Lei nº 12.213/2010, que instituiu o Fundo Nacional do Idoso. Em conjunto, esses dispositivos demonstram a evolução das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos, da dignidade e da inclusão social da população idosa.

3.8 Pilares para o avanço das políticas públicas

A análise da literatura consultada permite sintetizar quatro eixos considerados essenciais para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão digital do idoso: adaptabilidade, investimento eficiente, capacitação profissional e engajamento contínuo. Com base na literatura analisada, este estudo sintetiza quatro eixos considerados essenciais, reunindo os principais fatores apontados como determinantes para a promoção da Inclusão Digital da terceira idade.

O primeiro eixo refere-se à **adaptabilidade** das tecnologias e das estratégias de ensino às necessidades da população idosa, o estudo *Reflexões sobre a adaptação tecnológica para intervenções on-line com idosos* (2022) evidencia que interfaces pouco intuitivas, linguagem excessivamente técnica, utilização de termos em língua estrangeira e constantes atualizações dos sistemas dificultam a aprendizagem e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), dessa forma, políticas públicas voltadas à inclusão digital devem contemplar metodologias acessíveis, recursos didáticos adaptados e ações de sensibilização que demonstrem os benefícios da tecnologia, favorecendo a inserção e a permanência da população idosa na sociedade digital. O segundo eixo corresponde ao **investimento eficiente**, entendido como a aplicação estratégica de recursos em infraestrutura tecnológica, conectividade, equipamentos e programas permanentes de inclusão digital. Carvalho (2021) destaca que a exclusão digital amplia outras formas de exclusão social, tornando indispensável a atuação do Estado na democratização do acesso às tecnologias, em consonância com esse entendimento, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Prodabel, desenvolve seu Programa de Inclusão Digital com base nos pilares da conectividade, do acesso a equipamentos e da capacitação, evidenciando que políticas públicas integradas contribuem para ampliar o acesso às tecnologias e reduzir desigualdades digitais (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2026).

O terceiro eixo refere-se à **capacitação profissional**. Conforme Azevedo (2025, p. 97-98), a Inclusão Digital do Idoso exige programas permanentes de capacitação e suporte técnico especializado, ultrapassando a simples oferta de equipamentos e acesso à internet, nesse sentido, a formação de profissionais preparados para atender às especificidades da população idosa é indispensável para o desenvolvimento de metodologias inclusivas, capazes de respeitar o ritmo de aprendizagem, as limitações e as necessidades desse público. O quarto eixo está relacionado ao **engajamento e à continuidade** das ações de inclusão digital. A literatura demonstra que a disponibilização isolada de cursos ou equipamentos não é suficiente para assegurar a participação efetiva da população idosa. Carvalho (2021) e *Inclusão Digital da Pessoa Idosa III* (2025) evidenciam que a continuidade das políticas públicas, associada ao incentivo à aprendizagem, ao suporte permanente e ao fortalecimento das redes de apoio familiar e social, favorece o desenvolvimento do letramento digital, reduz o receio em relação às tecnologias e amplia a autonomia e a participação social dos idosos.

Dessa forma, a síntese proposta demonstra que políticas públicas voltadas à inclusão digital da população idosa devem ser estruturadas de maneira integrada, contemplando ações de adaptação tecnológica, investimentos estratégicos, capacitação qualificada e acompanhamento contínuo. A articulação desses eixos contribui para reduzir a exclusão digital, fortalecer o exercício da cidadania e promover maior participação da população idosa na sociedade contemporânea.

4 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, a abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão das percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno investigado, permitindo uma análise aprofundada da realidade estudada. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados, percepções e experiências dos participantes diante de determinado fenômeno social. Já a pesquisa descritiva, conforme Gil (2019), tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, possibilitando compreender comportamentos, opiniões e necessidades dos indivíduos pesquisados. Inicialmente, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações, legislações e publicações de órgãos oficiais, buscando compreender o cenário da inclusão digital da população idosa, os impactos da transformação digital na prestação de serviços públicos e a necessidade da formulação de políticas públicas voltadas para esse público. Nesse contexto, estudos como os de Schwartz, Santiago e Kawaguti (2019), Guedes (2023) e Gama (2022), aliados aos dados divulgados pelo IBGE (2026) e às iniciativas desenvolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte (2026), contribuíram para fundamentar a discussão acerca dos desafios enfrentados pelas pessoas que vivenciaram seu processo de formação antes da ampla difusão das tecnologias digitais.

A pesquisa bibliográfica foi complementada por uma pesquisa de campo, permitindo confrontar a literatura com as experiências relatadas pelos participantes e proporcionando uma compreensão mais ampla sobre a realidade investigada.

4.1 Amostragem

O universo da pesquisa compreende pessoas da terceira idade ou próximas dela, residentes em Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e demais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A amostra, mesmo que reduzida, reforça sua finalidade não é produzir inferências estatísticas, mas compreender em profundidade as experiências dos participantes.

Embora o Estatuto da Pessoa Idosa considere idosas as pessoas com 60 anos ou mais, optou-se pela inclusão de participantes a partir dos 50 anos por pertencerem, em sua maioria, a uma geração cuja socialização ocorreu antes da revolução das tecnologias digitais e da internet, circunstância que pode influenciar seu processo de adaptação às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Essa opção permitiu compreender dificuldades relacionadas à inclusão digital que frequentemente se manifestam antes mesmo da entrada formal na terceira idade. A amostra foi definida por amostragem não probabilística por conveniência, procedimento descrito por Gil (2019), no qual os participantes são selecionados conforme sua acessibilidade ao pesquisador. Dessa forma, os participantes foram abordados durante a rotina diária do pesquisador em diferentes locais de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e demais municípios da Região Metropolitana, não sendo escolhidos por vínculos pessoais ou familiares, mas em razão das oportunidades de contato surgidas naturalmente ao longo de seus deslocamentos cotidianos.

Embora composta por um número reduzido de participantes, a amostra buscou reunir diferentes perfis e experiências relacionadas ao uso das tecnologias digitais, possibilitando representar, de forma qualitativa, situações recorrentes vivenciadas pelo público pesquisado.

4.2 Instrumento de Coleta de Dados

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um **questionário estruturado**, contendo perguntas relacionadas ao acesso a dispositivos eletrônicos, utilização de aplicativos governamentais e bancários, dificuldades encontradas durante o uso das tecnologias digitais, necessidade de auxílio de familiares ou conhecidos, interesse em participar de programas

gratuitos de capacitação tecnológica e percepção dos participantes quanto à importância da inclusão digital do idoso.

A utilização do questionário mostrou-se adequada por permitir a obtenção de informações padronizadas entre todos os participantes, favorecendo a comparação das respostas e a identificação de aspectos comuns relacionados ao problema de pesquisa. A coleta dos dados foi realizada por meio da aplicação do questionário de forma presencial e por contato telefônico, utilizando o mesmo instrumento para todos os participantes, garantindo uniformidade na obtenção das informações. A escolha dessa forma de coleta permitiu alcançar participantes com diferentes níveis de acesso à tecnologia e diferentes rotinas, contribuindo para ampliar a diversidade de experiências analisadas.

4.3 Procedimentos de Análise dos Dados

Após a coleta, as respostas foram organizadas e submetidas à análise qualitativa, buscando identificar padrões de comportamento, dificuldades recorrentes, percepções, necessidades e interesses comuns entre os participantes em relação ao uso das tecnologias digitais.

Como apoio à organização e categorização das informações, foi utilizada **uma ferramenta computacional baseada em inteligência artificial**, empregada exclusivamente para auxiliar no agrupamento temático das respostas obtidas. Ressalta-se que a interpretação dos dados, a discussão dos resultados e as conclusões apresentadas permaneceram integralmente sob responsabilidade do pesquisador, sendo a ferramenta utilizada apenas como recurso auxiliar para organização inicial das informações. Conforme destaca Minayo (2014), a análise qualitativa busca compreender os significados presentes nas experiências e nos relatos dos participantes, permitindo interpretar os fenômenos sociais em seu contexto.

Assim, embora a pesquisa utilize uma amostra reduzida, sua abordagem qualitativa possibilitou identificar situações recorrentes relacionadas às dificuldades de inclusão digital enfrentadas pelo público pesquisado. Os resultados não possuem finalidade de generalização estatística, mas fornecem evidências relevantes para representar um cenário observado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, contribuindo para a discussão sobre a necessidade

de fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão digital das pessoas em processo de envelhecimento e da população idosa.

5 RELAÇÃO ENTRE OS ESTUDOS ACADÊMICOS E OS DADOS OBTIDOS.

Estudos recentes demonstram que o processo de inclusão digital da população idosa vai além do simples acesso às tecnologias, envolvendo aspectos sociais, culturais e emocionais. Guedes (2023) destaca que a aproximação dos idosos com as tecnologias digitais ocorre principalmente pela necessidade de manter vínculos sociais, acessar serviços essenciais e acompanhar a transformação da sociedade, de forma semelhante, Urbano (2023) observa que essa migração para o ambiente digital representa uma forma de participação social, embora seja frequentemente acompanhada por insegurança, receio e dependência de terceiros para utilização das ferramentas tecnológicas. Com o objetivo de verificar se essas dificuldades também se manifestam no contexto regional, foi realizada uma pesquisa de campo com oito participantes residentes em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, pertencentes à faixa etária igual ou superior a 50 anos.

A distribuição etária dos participantes demonstrou que **37,5% possuíam entre 50 e 60 anos, 37,5% entre 60 e 65 anos e 25% entre 65 e 70 anos**, permitindo contemplar diferentes fases do processo de envelhecimento, embora a amostra seja reduzida, ela reúne indivíduos que iniciaram sua vida adulta antes da ampla popularização das tecnologias digitais, característica relevante para os objetivos desta pesquisa, quanto ao acesso aos dispositivos tecnológicos, verificou-se que 100% dos entrevistados possuem telefone celular, enquanto 62,5% também utilizam computador com frequência. Esse resultado evidencia que o acesso aos equipamentos deixou de ser o principal obstáculo para a inclusão digital, indicando que as dificuldades atualmente concentram-se na utilização eficiente das ferramentas e dos serviços digitais, demonstra também que a presença da tecnologia no cotidiano não implica domínio sobre sua utilização, a obrigatoriedade crescente de utilização de aplicativos bancários faz com que muitos idosos utilizem essas ferramentas por necessidade, mas não necessariamente com autonomia, reforçando a importância de políticas públicas de letramento digital.

Essa percepção torna-se mais evidente quando os dados referentes ao uso das tecnologias são analisados em conjunto com a necessidade de apoio de terceiros, embora todos os participantes possuam telefone celular e a maioria utilize computador, 75% relataram depender do auxílio de familiares para utilizar determinadas funcionalidades, enquanto 12,5% recorrem à ajuda de amigos ou vizinhos. Apenas uma pequena parcela afirmou utilizar os recursos digitais de **forma independente**. Esses resultados corroboram as observações apresentadas por Guedes (2023) e Urbano (2023), que identificam a dependência de pessoas próximas como uma das principais consequências das dificuldades enfrentadas durante o processo de adaptação às tecnologias digitais.

A relação entre autonomia digital e utilização de serviços bancários também apresentou resultados relevantes. Embora 62,5% dos entrevistados afirmem utilizar aplicativos bancários, a maioria desse grupo relatou encontrar dificuldades durante sua utilização, especialmente em operações que envolvem pagamentos, transferências e consultas de informações. Apenas 12,5% dos participantes declararam utilizar aplicativos bancários com facilidade, evidenciando que o acesso aos serviços digitais não necessariamente representa domínio sobre sua utilização. Ao relacionar os resultados obtidos com os estudos analisados, observa-se que o principal desafio enfrentado pela população pesquisada não está relacionado à disponibilidade dos equipamentos tecnológicos, mas à autonomia para utilizá-los de forma segura e independente. A dependência de familiares, associada às dificuldades encontradas em serviços digitais essenciais, reforça as conclusões apresentadas por Guedes (2023) e Urbano (2023), que apontam a necessidade de ações permanentes de letramento digital voltadas às especificidades da população em processo de envelhecimento.

Dessa forma, os resultados obtidos nesta pesquisa fortalecem a hipótese de que a inclusão digital não depende apenas da oferta de dispositivos tecnológicos, mas também da implementação de políticas públicas voltadas à capacitação, acessibilidade e desenvolvimento de competências digitais. Mesmo com uma amostra reduzida, foi possível identificar comportamentos semelhantes aos descritos na literatura, demonstrando que as dificuldades observadas representam uma realidade recorrente entre pessoas pertencentes às faixas etárias pesquisadas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação da relação entre a literatura e os dados obtidos, esta seção tem por finalidade aprofundar a análise dos resultados da pesquisa de campo, interpretando-os à luz do referencial teórico apresentado. Busca-se compreender como as dificuldades relatadas pelos participantes refletem os desafios discutidos na literatura acerca da inclusão digital da população idosa, identificando aspectos que reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao letramento digital, à acessibilidade e à promoção da autonomia tecnológica.

6.1 Contextualização do cenário da população idosa em Minas Gerais

O envelhecimento populacional representa um dos principais desafios sociais da atualidade, especialmente diante da crescente digitalização dos serviços públicos e privados. Nesse contexto, a população idosa enfrenta barreiras relacionadas não apenas ao acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mas também à permanência ativa na sociedade, em razão de fatores como o etarismo, a exclusão social e a dificuldade de adaptação às constantes transformações tecnológicas, os estereótipos associados ao envelhecimento contribuem para a percepção de que as pessoas idosas possuem menor capacidade de aprendizagem ou adaptação às novas tecnologias. Essa visão influencia negativamente sua inserção no mercado de trabalho, reduz a valorização de sua experiência e dificulta sua participação em diferentes espaços sociais. Paralelamente, a exclusão digital limita o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, instituições financeiras e serviços públicos disponibilizados em ambiente digital, ampliando situações de vulnerabilidade e desigualdade.

Esse cenário torna-se ainda mais relevante no estado de Minas Gerais. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023), o estado possui aproximadamente 3,6 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, figurando entre as unidades da federação com maior contingente de população

idosa do país. Esse processo de envelhecimento populacional reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da inclusão digital e à ampliação do acesso aos serviços públicos digitais. As projeções indicam que, até 2040, cerca de um quarto da população mineira será composta por idosos, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital e ao envelhecimento ativo, nesse contexto, a pesquisa de campo desenvolvida neste estudo busca compreender as principais dificuldades enfrentadas pela população idosa na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como identificar aspectos relacionados ao acesso, ao letramento digital e à percepção sobre programas de capacitação. A contextualização apresentada fornece subsídios para a análise e discussão dos resultados obtidos junto aos participantes da pesquisa.

6.2 Caracterização dos participantes

Tabela 1 – Lista de Entrevistados

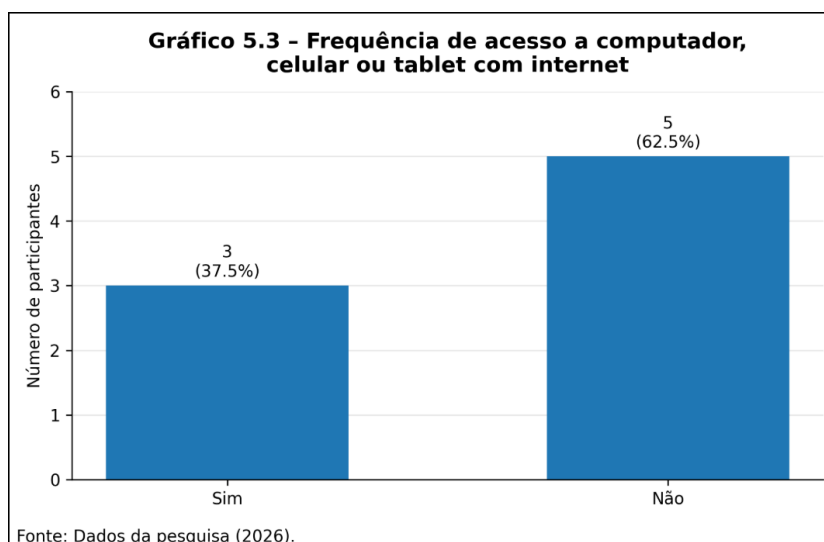
Participante	Pseudônimos	Sexo	Faixa Etária	Tipo de contato
P01	Odete F.	Feminino	65 a 70 anos	Telefone
P02	Ruy S.	Masculino	60 a 65 anos	Presencial
P03	Geralda S.	Feminino	65 a 70 anos	Presencial
P04	Geni S.	Feminino	60 a 65 anos	Presencial
P05	Terezinha S.	Feminino	50 a 60 anos	Telefone
P06	Maria do F.	Feminino	60 a 65 anos	WhatsApp
P07	Rosa S.	Feminino	50 a 60 anos	WhatsApp
P08	José A.	Masculino	65 a 70 anos	Presencial

Fonte: Elaboração própria (2026)

A pesquisa foi composta por oito participantes com idade igual ou superior a 50 anos, optou-se pela inclusão de participantes desta faixa por pertencerem, em sua maioria, a uma geração cuja socialização ocorreu antes da revolução das tecnologias digitais e da internet, circunstância que pode influenciar seu processo de adaptação às tecnologias. Observou-se predominância das faixas etárias entre 60 e 70 anos, correspondendo a seis participantes (75%), enquanto dois participantes (25%) possuíam entre 50 e 60 anos. A composição da amostra demonstra que a pesquisa contemplou indivíduos pertencentes ao público-alvo do estudo, permitindo analisar a percepção de pessoas que vivenciam diferentes níveis de envelhecimento e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

6.3 Perfil dos participantes e acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

Figura 01 – Gráfico de Frequência de acesso a TICs

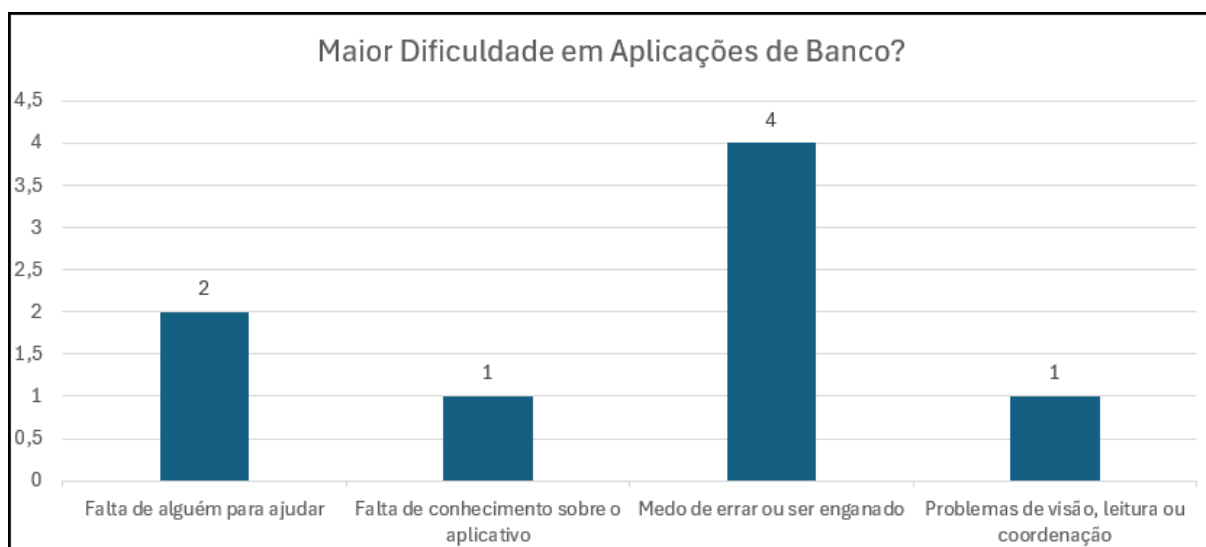


Fonte: Elaboração própria (2026)

Observou-se predominância das faixas etárias entre **60 e 65 anos** e **65 e 70 anos** no acesso a celulares e computadores e demais ferramentas (TICs), cada uma representando **37,5%** da amostra, enquanto a faixa entre **50 e 60 anos** correspondeu a **25%** dos participantes. Esses resultados revelam que a pesquisa contemplou predominantemente indivíduos pertencentes ao público-alvo do estudo, possibilitando analisar a percepção da população idosa quanto ao acesso e à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A Figura 01 apresenta a distribuição da frequência de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação pelos participantes.

6.4 Utilização das TICs e principais dificuldades encontradas

Figura 02 – Dificuldade com Aplicações



Fonte: Elaboração própria (2026)

Os resultados evidenciam que, apesar do acesso à internet e aplicações, os participantes ainda enfrentam dificuldades relacionadas ao uso dessas ferramentas, principalmente quanto à familiarização com aplicativos e serviços digitais. Observa-se que a inclusão digital não depende apenas da disponibilidade de dispositivos, mas também da capacitação adequada para promover autonomia e segurança no uso das tecnologias, dessa forma, a amostragem mesmo que reduzida reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à formação tecnológica da população idosa.

7 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A aplicação do questionário possibilitou identificar que, embora todos os participantes possuam acesso a dispositivos com conexão à internet, ainda existem dificuldades relacionadas ao uso autônomo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), os relatos indicaram limitações quanto à utilização de aplicativos e serviços digitais, especialmente aqueles que exigem maior familiaridade tecnológica, sendo frequente a necessidade de auxílio de familiares ou terceiros para realização de determinadas atividades. Os resultados também evidenciaram que parte dos participantes apresenta insegurança no uso das tecnologias, demonstrando que a disponibilidade de equipamentos e o acesso à internet não são suficientes para garantir a efetiva inclusão digital, nesse contexto, torna-se necessário considerar aspectos relacionados ao desenvolvimento de habilidades digitais, proporcionando maior autonomia, confiança e segurança aos idosos durante a utilização dessas ferramentas.

Além disso, a maioria dos participantes destacou a importância da criação de programas e cursos de capacitação oferecidos pelo poder público, reforçando a percepção de que políticas públicas direcionadas à inclusão digital podem contribuir para reduzir barreiras tecnológicas e ampliar a participação da população idosa na sociedade digital.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas pela população idosa na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e analisar de que forma as políticas públicas podem contribuir para minimizar essas dificuldades. A partir da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo realizada, foi possível responder ao problema de pesquisa, verificando que as principais barreiras enfrentadas pelos idosos estão relacionadas à falta de letramento digital, à insegurança na utilização de aplicativos e serviços digitais, à necessidade frequente de auxílio de familiares e à escassez de programas permanentes de capacitação tecnológica, constatou-se, ainda, que políticas públicas voltadas à inclusão digital podem contribuir significativamente para ampliar a autonomia, a segurança e a participação social dessa parcela da população. Quanto aos objetivos da pesquisa, considera-se que foram plenamente atendidos, foi possível identificar as principais dificuldades encontradas pelos participantes na utilização das TICs, compreender os fatores que influenciam a exclusão digital da população idosa e analisar a importância das políticas públicas como instrumento de promoção da inclusão digital e do envelhecimento ativo.

O estudo também demonstrou sua relevância ao evidenciar que o processo de transformação digital da sociedade, embora proporcione inúmeros benefícios, pode ampliar desigualdades quando não considera as necessidades específicas da população idosa, nesse sentido, a pesquisa justifica-se por abordar um tema atual e de crescente importância, contribuindo para a reflexão sobre a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso, a capacitação e a utilização segura das tecnologias por esse público. Espera-se que este trabalho contribua para a sociedade ao incentivar discussões sobre a inclusão digital dos idosos e fortalecer a compreensão de que o acesso às tecnologias deve estar acompanhado de ações educativas e de apoio contínuo, no âmbito acadêmico, espera-se que os resultados possam subsidiar novas pesquisas relacionadas à inclusão digital do idoso, ao envelhecimento ativo e à formulação de políticas públicas voltadas à redução da exclusão tecnológica, para a população idosa, espera-se que este estudo contribua para ampliar a conscientização sobre a importância da autonomia digital e da participação ativa na sociedade conectada.

Durante o desenvolvimento da pesquisa surgiram outros aspectos que despertaram interesse, mas que não puderam ser aprofundados em razão das limitações do estudo. Entre

eles destacam-se a influência do nível de escolaridade na aprendizagem tecnológica, a relação entre renda e inclusão digital, a utilização da inteligência artificial como ferramenta de apoio aos idosos e a avaliação da efetividade de programas públicos de capacitação digital. Esses temas podem servir de base para pesquisas futuras, ampliando o conhecimento sobre os desafios da inclusão digital da população idosa.

Entre as principais limitações encontradas destacam-se o número reduzido de participantes, decorrente da dificuldade de localizar idosos dispostos a responder ao questionário, bem como o recorte geográfico da pesquisa, que limita a generalização dos resultados para outras realidades. Além disso, o tempo disponível para o desenvolvimento do trabalho restringiu a ampliação da amostra e a realização de análises mais aprofundadas. Este estudo também demonstra estreita relação com a área de concentração do curso de Gestão Pública, uma vez que aborda a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão digital da população idosa, a pesquisa evidencia que a atuação do poder público é fundamental para promover ações de capacitação, ampliar o acesso às tecnologias e garantir que a transformação digital ocorra de forma inclusiva, reduzindo desigualdades e fortalecendo a cidadania.

Como desdobramento dos resultados obtidos, propõe-se a implementação de um Programa Permanente de Inclusão Digital da Pessoa Idosa, estruturado como política pública voltada à promoção da autonomia tecnológica e da cidadania digital, o programa teria como objetivo ampliar o acesso da população idosa às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), desenvolver competências para a utilização segura de aplicativos e serviços digitais e reduzir a dependência de terceiros na realização de atividades cotidianas, o público-alvo compreenderia pessoas com 60 anos ou mais, podendo também contemplar indivíduos a partir dos 50 anos que apresentem dificuldades de adaptação às tecnologias digitais, considerando que parte dessa população vivenciou seu processo de formação antes da ampla difusão da internet e dos dispositivos digitais, a coordenação da política poderia ser atribuída às Secretarias Municipais e Estaduais de Assistência Social, em parceria com as Secretarias de Educação, Institutos Federais, universidades públicas, centros de convivência da pessoa idosa e demais instituições de ensino, aproveitando estruturas já existentes para oferta de cursos, oficinas e atendimento especializado.

O financiamento poderia ocorrer por meio de recursos dos orçamentos municipais, estaduais e federal destinados às políticas públicas para a pessoa idosa, complementados por parcerias com instituições públicas, empresas de tecnologia, programas de inclusão digital e fundos voltados à promoção dos direitos da pessoa idosa, como indicadores de desempenho, recomenda-se acompanhar o número de participantes capacitados, a taxa de conclusão dos cursos, o aumento da utilização autônoma de serviços públicos digitais, a redução da dependência de terceiros para utilização de aplicativos e o nível de satisfação dos participantes. Sugere-se, ainda, que as ações sejam ofertadas de forma contínua, com turmas periódicas e avaliações anuais, permitindo o aperfeiçoamento permanente da política pública diante das constantes transformações tecnológicas. Dessa forma, espera-se que iniciativas dessa natureza contribuam para fortalecer a inclusão digital, reduzir desigualdades, ampliar a autonomia da população idosa e promover maior participação desse público na sociedade contemporânea.

Por fim, a elaboração deste trabalho proporcionou importantes aprendizados acadêmicos e pessoais, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados pela população idosa diante da crescente digitalização da sociedade, bem como sobre a relevância das políticas públicas na promoção da inclusão social, além disso, reforçou a importância da pesquisa científica como instrumento para compreender problemas sociais e propor reflexões que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acessível. Assim, conclui-se que a inclusão digital da população idosa depende menos da ampliação do acesso às tecnologias e mais da formulação de políticas públicas permanentes voltadas ao letramento digital, à acessibilidade e ao acompanhamento contínuo desse público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Senado Federal. Senado se prepara para atender desafios do aumento acelerado de idosos no país. Agência Senado, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/26/senado-se-prepara-para-atender-desafios-do-aumento-acelerado-de-idosos-no-pais>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura de Belo Horizonte. Inclusão Digital. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2026. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/prodabel/inclusaodigital>. Acesso em: 19 jul. 2026.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

GAMA, O. A. Reflexões sobre a adaptação tecnológica para intervenções online com idosos. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 18, n. 1, p. 78-85, 2022.

GUEDES, L. U. C. Perspectivas e desafios de idosos sobre o uso de tecnologias digitais: narrativas e letramentos. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2025*. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-redes-sociais.html>. Acesso em: 13 jul. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo – Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 13 jul. 2026.

REDE GERONTO. Símbolo do idoso trocado nas placas. 17 jul. 2025. Disponível em: <<https://redegeronto.com.br/2025/07/17/projeto-estabelece-novo-simbolo-para-60/>>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. Câmara Legislativa. Projeto de Lei nº 10.282, de 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2176182>>. Acesso em: 12 mai. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.383, de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2223942>>. Acesso em: 09 mai. 2026.

AZEVEDO, Ione Galoza de (org.). Inclusão digital da pessoa idosa III: direito e interdisciplinaridade. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2025.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ribeirão das Neves
Diretoria de Ensino

Docência Campus Ribeirão das Neves
R. Vera Lúcia de Oliveira Andrade, 800 - Bairro Vila Esplanada - CEP 33805488 - Ribeirão das Neves - MG
31362723003 - www.ifmg.edu.br

**Ata da apresentação pública do trabalho de
conclusão de curso (TCC) de especialização
em Gestão Pública e Desenvolvimento
Regional, apresentado no dia 26 de junho
de 2026.**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Aos 26 dias de junho do ano de 2026, às 18:00 horas, pelo Google Meet, iniciou-se a apresentação pública do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pelo discente Iago Rodrigues de Souza, intitulado Formulação de políticas públicas para inclusão digital de idosos, tendo como orientador o Prof. Me Carlos Henrique dos Santos Nunes. O início dos trabalhos se deu com a apresentação da Banca Examinadora que foi composta pelos seguintes membros: Prof. Me. Carlos Henrique dos Santos Nunes (orientador) – IFMG; Profa. Dra. Paula Andréa de Oliveira e Silva Rezende – IFMG e Prof. Me. Marcos Arêas de Faria – IFMG, membros titulares. O discente iniciou sua apresentação, expondo seu trabalho durante 20 minutos. Os membros da banca apresentaram seus questionamentos, observações e sugestões, que foram esclarecidos, respondidos e assimilados pelo discente. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se, sem a presença do discente e do público, para fazer a avaliação do trabalho apresentado. Ao final, a Banca Examinadora deliberou que o Trabalho de Conclusão de Curso deveria ser aperfeiçoado, conforme orientações da banca. O discente recebeu um prazo adicional para realização dos ajustes, seu trabalho foi analisado e a banca optou pelo seguinte resultado:

(x) Aprovado.

() Aprovado com ressalvas*. A versão final do TCC, atendidas as exigências apresentadas pela Banca Examinadora, deverá ser enviada via e-mail para o Seção de Pós-graduação/DPIPG, impreterivelmente até o dia **XXXXXXX**.

() Reprovado.

A nota atribuída ao TCC foi de 75,0 (setenta e cinco) pontos. Eu, Carlos Henrique dos Santos Nunes, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros da Banca.

*O não cumprimento das exigências pelo(a) discente no prazo estabelecido implicará na sua reprovação.

Prof. Me. Carlos Henrique dos Santos Nunes - IFMG *Campus Ribeirão das Neves* - Orientador

Profa. Dra. Paula Andréa de Oliveira e Silva Rezende - IFMG *Campus Ribeirão das Neves* - Professora avaliadora

Prof. Me. Marcos Arêas de Faria - IFMG *Campus Ribeirão das Neves* - Professor avaliador

Ribeirão das Neves, 25 de setembro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Nunes, Professor**, em 25/09/2026, às 19:45, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Areas de Faria, Professor**, em 26/09/2026, às 09:11, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Andrea de Oliveira e Silva Rezende, Professora**, em 27/09/2026, às 14:57, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2897399** e o código CRC **E91DC192**.

23713.001199/2026-08	2897399v1
----------------------	-----------